

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano I - Nº 72 - Brasília, segunda-feira, 11 de setembro de 1995

Senado cria informativo para rádio

A partir de hoje, estará à disposição das emissoras de rádio de todo o país o informativo *Senado em Linha Direta*. Totalmente editado, com duração de três minutos e meio, o programa ficará disponível em máquina anunciadora de mensagens, equipamento similar ao utilizado para os serviços 900. O *Senado em Linha Direta* terá duas edições diárias, dando cobertura às atividades da Casa. O procedimento é todo automático e o único ônus para as emissoras refere-se ao custo da ligação telefônica, entre R\$ 0,16 e R\$2,00, dependendo da distância e do horário. **Página 2**



Ney Suassuna



Humberto Lucena



Ronaldo Cunha Lima

Crise impõe reforma fiscal e administrativa, diz Suassuna

Estados como Alagoas estão devendo três folhas de pagamento, enquanto outros têm mais de 100% da arrecadação comprometidos

Apenas três estados brasileiros atendem, atualmente, aos limites da lei Rita Camata para despesas com pessoal (no máximo 65 por cento das receitas), enquanto a esmagadora maioria das unidades da Federação se debate com déficits mensais para fazer frente aos pagamentos das dívidas internas e das folhas de pessoal. O levantamento foi feito pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que defen-

de a urgente discussão e aprovação dos projetos para as reformas administrativa e fiscal, sob pena de a crise de governabilidade do país se agravar.

Em conjunto com os demais senadores da bancada paraibana - Humberto Lucena e Ronaldo Cunha Lima, ambos também do PMDB -, Suassuna subscreveu um projeto de resolução que pretende estabelecer regras claras e rí-

gidas para a renegociação das dívidas estaduais.

Ney Suassuna observou que estados como Alagoas estão devendo três folhas de pagamento, enquanto outros, entre eles Mato Grosso, têm compromissos mensais de 115 por cento sobre o total de sua arrecadação. As disponibilidades para investimentos no desenvolvimento dos estados ficaram nulas, concluiu o senador paraibano.

Freire defende que Estado regule economia

Página 4

Comissão vota logo a lei de patentes

O senador argentino José Genold, que atuou ativamente na discussão da lei de patentes em seu país, presta depoimento amanhã, às 18h, na Comissão de Assuntos Econômicos. Na reunião, vão ser ouvidos também os presidentes da CNA, Antônio de Salvo, e da CNBB, dom Lucas Moreira Neves. Serão os últimos depoimentos antes da discussão e votação do substitutivo de Fernando Bezerra (PMDB-RN).

Página 3

Marina ouve sociedade sobre rádio e TV

Indicada relatora de projeto de lei que dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para explorar serviços de rádio e televisão, a senadora Marina Silva (PT-AC) está solicitando aos vários setores da sociedade civil sugestões que possam aprimorar a proposição, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

A senadora decidiu ouvir

a comunidade diante da relevância do tema, e dos seus aspectos polêmicos. O projeto visa regulamentar dispositivos constitucionais que, quase sete anos após a promulgação da Carta, ainda não foram objeto de deliberação do Congresso, apesar das tentativas dos parlamentares. Um deles foi o então senador Fernando Henrique Cardoso, que apresentou duas propostas de re-

gulamentação do artigo 223 da Constituição, ambas arquivadas.

Na justificativa da matéria, Simon afirma que seu projeto "objetiva o aperfeiçoamento e a ampliação dos mecanismos de fiscalização das empresas concessionárias de meios de comunicação social, com a participação da própria sociedade".

Simon acrescenta que o direito de acesso à informação "é um dos pontos basilares para a construção de uma sociedade realmente democrática".



Marina Silva

Senado cria informativo para emissoras de rádio

Programa totalmente editado, com duração de três minutos e meio e duas apresentações diárias, fica à disposição a partir de hoje

O Senado coloca hoje à disposição das emissoras de rádio do país um novo serviço informativo, em versão sonora: o **Senado em Linha Direta**. Trata-se de um programa totalmente editado, com duração aproximada de três minutos e meio, que ficará disponível em máquina anunciadora de mensagens - equipamento similar ao utilizado para os serviços 900.

O informativo, que foi testado durante 40 dias em caráter experimental, é dedicado à cobertura diária das atividades da Casa, com destaque para as ações diretamente relacionadas ao cotidiano da cidadã, como projetos de lei,

propostas de emendas à Constituição e medidas provisórias. A veiculação desse noticiário ficará a critério de cada emissora, admitindo-se, inclusive, o desdobramento do programa em notícias isoladas, e não será devida ao Senado qualquer participação sobre patrocínios comerciais que venham a ser obtidos por parte das emissoras.

Senado em Linha Direta terá duas edições: a primeira estará disponível de segunda a sexta-feira, das 13h até às 18h30 e, a outra, também de segunda a sexta-feira, das 18h30 até às 7h do dia seguinte. Para gravar ou realizar uma transmissão direta, bas-

ta que as emissoras disquem **(061) 200-5050**. O procedimento é todo automático, e o único ônus para as emissoras é o da ligação telefônica que, dependendo da distância e do horário, ficará entre R\$ 0,16 e R\$ 2,00.

Para as assessorias de comunicação, redações e público em geral também estará disponível, de segunda a sexta-feira, das 7h até às 13h, a **Agenda Senado**, com horários e pautas das reuniões do Plenário e das Comissões, e ainda a previsão de compromissos dos integrantes da Mesa Diretora e das Lideranças. O acesso e o custo são idênticos aos do **Senado em Linha Direta**.

Sessão especial amanhã para Juscelino

Ministros de Estado e tribunais superiores, governadores, diplomatas, familiares e pioneiros do Distrito Federal foram convidados para assistir amanhã, a partir das 11h, à sessão especial do Senado destinada a reverenciar a memória do ex-presidente Juscelino Kubitschek.

O requerimento da homenagem é de iniciativa do senador José Roberto Arruda (DF), que ressaltou "ser desnecessário lembrar o papel que JK cumpriu na construção de um novo Brasil". A data da homenagem, 12 de setembro, é o mesmo dia em que transcorre o aniversário de Juscelino, que estaria completando 93 anos de idade.

Deverão discursar na sessão especial os senadores José Roberto Arruda, Júnia Marise (PDT-MG), Mauro Miranda (PMDB-GO) e Valmir Campelo (PTB-DF).

Agenda do Dia

PRESIDÊNCIA Senador José Sarney

10h - Despachos internos

14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado

18h - José Maria Aznar, presidente do Partido Popular Espanhol

PLENÁRIO 14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado COMISSÕES

18h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.105/95, que dispõe sobre a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

Pauta: Discussão e votação do parecer de mérito. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

PREVISÃO DOS TRABALHOS NESTA SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira (12.09.95)

14h30 - Primeira sessão ordinária de discussão em primeiro turno da PEC nº 39/95, que flexibiliza o monopólio estatal de petróleo.

COMISSÕES

Terça-feira (12.09.95)

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (Reunião Extraordinária)

Pauta: Audiência pública com o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, para prestar informações a respeito do processo de privatização no setor de telecomunicações. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos (Reunião Ordinária)

Pauta: Exposição do presidente do Banco do Brasil, Paulo Cesar Ximenes, sobre a atual situação financeira do banco e o programa de demissões voluntárias de funcionários. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

14h - Comissão Especial sobre a Programação de Rádio e TV

Pauta: Exposição do jornalista Fernando Barbosa Lima, diretor da TV Manchete. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão do Vale do São Francisco

Pauta: Painel sobre meio ambiente e recuperação ambiental do rio São Francisco. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

18h - Comissão de Assuntos Econômicos (Reunião Extraordinária)

Pauta: Audiência pública com a presença do senador argentino José Genold; do presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Antônio Salvo; e do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Lucas Moreira Neves, sobre o projeto de Lei de Patentes. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

Quarta-feira (13.09.95)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Diversas matérias, destacando-se as "PECs nºs 3/95, sobre imunidade parlamentar, e 5/95, que condiciona o recesso parlamentar à aprovação do Orçamento. Local: Sala 05 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Reunião secreta destinada a debate com os secretários de Planejamento dos estados e do DF sobre perspectiva de investimentos em face do atual quadro de endividamento. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

Quinta-feira (14.09.95)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Votação do Parecer do relator, senador Fernando Bezerra, e de dois votos em separado dos senadores Ney Suassuna e Sérgio Machado, sobre Projeto de Lei de Patentes. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

CAE conhecerá experiência argentina na área de patentes

Comissão ouve amanhã os últimos depoimentos antes de iniciar a discussão e votação do substitutivo do senador Fernando Bezerra

A Comissão de Assuntos Econômicos ouvirá amanhã, às 18h, o senador argentino José Genold, que atuou ativamente na discussão da lei de patentes da Argentina, aprovada recentemente. Os senadores querem saber o que aconteceu com a indústria argentina depois da nova lei. Na mesma reunião, a CAE ouvirá ainda os presidentes da Confederação Nacional da Agricultura, Antônio de Salvo, da CNBB, dom Lucas Moreira Neves.

Serão os últimos depoimentos antes que a comissão discuta e vote o substitutivo apresentado pelo relator do projeto, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN). O substitutivo



Sérgio Machado

altera a proposta que saiu da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e o relator defende o patenteamento de microorganismos, mas mantém o impedimento de patente para seres vivos.

A comissão terá de votar em separado várias alterações apresentadas pelos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Sérgio Machado (PSDB-CE). Suassuna quer uma conceituação mais precisa sobre as formas de vida patenteáveis, com o objetivo de evitar qualquer possibilidade de registro de seres vivos superiores, como plantas e animais.

Suassuna propõe ainda em

seu voto em separado mudar o texto de um artigo do substitutivo (art.10, inciso IX), que, a seu ver, "poderá significar a apropriação irrestrita de um grande conjunto da biodiversidade brasileira, sem o pagamento de royalties ao Brasil". Suassuna pretende também eliminar o chamado *pipeline*, instrumento pelo qual patentes já conhecidas podem ser registradas retroativamente.

Já o senador Sérgio Machado quer impedir que o detentor de uma patente que não iniciar a fabricação do produto no Brasil em três anos torne-se o único autorizado a importá-lo. O substitutivo do senador Fernando Bezerra admite essa possibilidade, desde que haja inviabilidade econômica de se fabricar no país o objeto da patente.



Júlio Campos

Abrir saúde, proposta de Júlio Campos

A revogação do parágrafo 3º do artigo 199 da Constituição, que proíbe a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde, é o objetivo de proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Júlio Campos (PFL-MT), para quem "não existe qualquer argumento racional a suportar sua manutenção".

A existência do Sistema Único de Saúde (SUS) não seria afetada pela aprovação da proposta, segundo o senador, porque "o SUS é um serviço público imprescindível, que o governo federal sequer cogita em extinguir, por saber de sua importância para a população de baixa renda".

O objetivo da proposta seria eliminar uma discriminação contra o capital estrangeiro e aceitar a colaboração que este poderá dar à melhoria do atendimento.

Júlio Campos apresentou também projeto de lei instituindo o Registro Único para a identificação dos brasileiros e estrangeiros residentes no país, com o objetivo de desburocratizar o dia-a-dia das pessoas, e também ajudar a coibir fraudes.

O mesmo número do registro de nascimento seria mantido depois nos registros de casamento e óbito, e nos seguintes documentos: carteira de identidade, cadastro de pessoa física (CPF), carteira de habilitação, passaporte, título de eleitor, carteira de trabalho e inscrição na Previdência Social.

Petróleo: fim do monopólio vai a votação

Os senadores iniciam amanhã, em plenário, a discussão em primeiro turno da proposta de emenda que flexibiliza o monopólio estatal de petróleo. A emenda, já aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ficará em debate por cinco sessões seguidas.

A votação em primeiro turno poderá ser feita já na segunda-feira (18), dia da quinta sessão destinada a discutir a matéria. Caso seja aprovada, a mudança constitucional terá de ser referendada em segundo turno pelos senadores. A emenda do petróleo é a última da Ordem Econômica enviada pelo governo ao Congresso.

Valmir apóia serviço social do comércio e indústria

A manutenção das atividades dos serviços sociais do comércio e da indústria - Senac, Sesc, Sesi e Senai - voltou a ser defendida pelo senador Valmir Campelo (PTB-DF), argumentando que, além de oferecer ensino profissionalizante, essas entidades prestam serviços relacionados à saúde, cultura, recreação e lazer, "tudo isso com padrão de excelência de Primeiro Mundo".

Valmir Campelo observou, a propósito, que "volta e meia, um ou outro iluminado da República aventa a possibilidade de extinção dessas entidades o que, além de demagógico, é

uma rematada tolice".

Ligados às Confederações Nacionais da Indústria e do Comércio, o Senai e o Senac, disse o senador, mantêm cursos profissionalizantes com elevado padrão, atendendo as duas entidades a mais de 3 milhões de alunos por ano. Quanto ao Sesc e Sesi, Campelo lembrou o auxílio que



Valmir Campelo

prestam a empregados do comércio e indústria, através de alimentação, serviços de saúde, recreação e lazer.

Valmir ressaltou, em relação ao Sesi-DF, o programa "Nossa Sopa", que distribui, diariamente, 5 mil pratos de alimento a entidades carentes.

Freire defende papel regulador do Estado na economia

O processo de abertura da economia brasileira é uma necessidade, mas é uma necessidade também mudas o Estado brasileiro para que ele possa exercer o papel de regulador do mercado. A opinião foi manifestada pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), para quem a esquerda não teve a capacidade de apresentar alternativas nesse sentido, "não para a manutenção do que aí está, mas para uma definição de como deve ficar".

Para Roberto Freire, "o processo de globalização econômica é irreversível e não podemos continuar com essa visão de nacionalismo autárquico". A questão da chamada flexibilização dos setores econômicos está vinculada ao

processo de formação dos megabloco, como o Mercado Comum Europeu, e no caso do Brasil, em relação ao Mercosul.

O senador argumenta, no entanto, que é preciso cuidado para que o Brasil se integre a esse mercado e não seja integrado por ele. No caso da quebra do monopólio do petróleo, por exemplo, Freire quer o fortalecimento da Petrobrás, por operar num mercado cartelizado, em nível internacional. Quanto às telecomunicações, que o senador esclarece nunca terem sido um monopólio, mas um serviço explorado mediante concessão por empresas de controle estatal, ele defende a manutenção do caráter público das redes.



Nabor Júnior

Nabor pede solução para racionamento

O racionamento de combustível que atinge Rio Branco há mais de dez dias está "afetando de forma cruel a população" e prejudicando as atividades econômicas do estado do Acre, afirmou sexta-feira o senador Nabor Júnior (PMDB-AC), ao dirigir apelo ao ministro de Minas e Energia e ao Departamento Nacional de Combustíveis no sentido de que seja encontrada com urgência uma solução para o problema.

Nabor Júnior explicou que o abastecimento de combustível da capital de seu estado, feito normalmente por barcaças vindas de Manaus, vem sendo prejudicado pela estiagem na região. Com a redução dos níveis de navegabilidade do rio Amazonas e seus afluentes, o fornecimento de combustível para Rio Branco, conforme explicou o senador, está sendo feito precariamente, por caminhões-tanque, a partir da base da Petrobrás instalada em Porto Velho, Rondônia.

O senador pelo Acre disse temer que a escassez de combustível leve ao colapso no abastecimento de energia elétrica.



Roberto Freire

Emília participa do 7 de Setembro em Pequim

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) participou em Pequim - onde está sendo realizada a Conferência Internacional da Mulher - de uma solenidade comemorativa do 7 de setembro, organizada pela embaixada do Brasil na China.

Segundo a senadora, o evento reuniu cerca de 200 pessoas, "com destaque para a delegação brasileira que participa da conferência". Emília Fernandes salientou que a curiosidade da solenidade ficou por conta do ge-

núfno churrasco gaúcho assado por chineses vestidos com trajes típicos do Rio Grande do Sul.



Emília Fernandes

Senado gasta menos em compras

As medidas que o Senado adotou para dar maior transparência aos processos de licitação já começaram a apresentar os primeiros resultados positivos, na avaliação do diretor-geral da Casa, Agaciel Maia. Foram estabelecidas diversas providências administrativas com o objetivo principal de evitar a possibilidade de superfaturamento nas compras efetuadas pelo Senado. A meta é atingir uma economia da ordem de 15% a 20% nas compras de serviços e produtos, valores que poderiam estar sendo embutidos por fornecedores nas encomendas oficiais.

Essas providências trazem resultados rápidos e seguros, segundo explica Agaciel Maia. A administração do Senado estabeleceu normas de segurança para as compras, determinando que "quem compra não efetua pagamento, quem paga não recebe a mercadoria, quem emite cheque não assina e, além disso, todo serviço de engenharia deve ser conferido por um auditor".

Foi determinado, também, que nada vai ser adquirido sem uma ampla pesquisa de preços no mercado, afastando de vez o superfaturamento gerado através de acordos espúrios entre os fornecedores.

Para garantir que fatores externos não quebrem essas normas, o Senado está se resguardando com uma ampla divulgação daquilo que procura no mercado.

Mas de nada valeriam essas iniciativas se elas não fossem acompanhadas de decisões que busquem uma modernização que Agaciel prefere chamar de "cultura da eficiência".

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney v 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos v 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros v 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim v Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares v José Eduardo Dutra v Luiz Alberto de Oliveira v Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helivél Rios v Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos v Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade v Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho v Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume v Revisão: Maria das Graças Aureliano v Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.